



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

**Autos nº 0727538-80.2020.8.02.0001**

**Ação:** Procedimento Comum Cível

**Autor:** José Renan Vasconcelos Calheiros

**Réu:** Deltan Martinazzo Dallagnol

### SENTENÇA

Vistos etc.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, qualificado às fls. 01 dos autos, ajuizou, com base na legislação que entendeu pertinente, AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS contra DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, também qualificado às fls. 01 dos autos.

Alegou, na exordial, que é Senador da República pelo Estado de Alagoas desde 1995, e que, no início do ano de 2019, o autor concorreu à reeleição para a Presidência do Senado Federal.

Segundo alegou, o réu vem publicando desde 2017, através de sua conta pessoal na rede social Twitter, conteúdo em desfavor da referida candidatura, agindo, segundo a exordial, como militante político e buscando a descredibilização da sua imagem.

Afirmou que o réu mencionou em seus *tweets* os casos em que o autor está sendo investigado no bojo da Operação Lava-Jato, visando imprimir teor negativo à sua imagem, haja vista que os processos ainda estão em curso, podendo, ao final, ser absolvido. Também teria encabeçado uma campanha para que a votação da Mesa Diretora do Senado fosse realizada por meio de votação aberta.

Verberou que a militância pessoal do réu contra o autor teria surtido os efeitos pretendidos, pois, após verificar a insuficiência dos votos, o autor retirou a sua candidatura à Presidência do Senado Federal, fato que foi comemorado pelo réu na referida rede social quase que como uma vitória pessoal.

Sustentando que o réu abusou do direito constitucional da liberdade de expressão e, por consequência, violou os direitos de personalidade do autor, especialmente os direitos à imagem e à honra perante o seu eleitorado, ajuizou a presente demanda, pretendendo seja condenado ao pagamento de indenização por danos morais.

Aduziu que a competência deve ser fixada no Estado de Alagoas haja vista ser Senador pelo Estado, portanto, local onde a conduta perpetrada pelo réu possui maior repercussão negativa.

Por esta razão, ajuizou a presente ação, pugnando pela compensação dos danos morais que alega ter suportado, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Formulou



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

os requerimentos de praxe, juntando documentos de fls. 26/3.122.

Citado, o réu apresentou contestação (fls. 3.128/3.197), suscitando, preliminarmente: a) sua ilegitimidade passiva, devendo figurar a União no pólo passivo da demanda, com o conseqüente deslocamento da competência para a Justiça Federal; b) a incompetência da Justiça do Estado de Alagoas, haja vista que a maior repercussão dos fatos teria ocorrido em Brasília e São Paulo. No mérito, sustentou o exercício do direito regular de expressão, ficando afastado o ato ilícito e o dano. Afirmou que não foi proferida afirmação injuriosa, caluniosa, difamadora ou de qualquer forma ofensiva contra o autor. Ressaltou que era fato público e notório que o autor respondia a diversos processos e investigações. Afirmou que as publicações decorreram da exposição de juízo crítico do réu e que não restou comprovada a violação à direito da personalidade do autor. Pugnou pela improcedência dos pedidos. Juntou documentos de fls. 3.198/3.638.

Houve réplica à contestação (fls. 3.642/3.679).

Intimados acerca das provas que pretendem produzir em instrução processual, o réu requereu a oitiva de testemunhas (fls. 3.694/3.695). Já o autor, informou que não tem provas a produzir, impugnando a prova testemunhar requerida pelo réu (fls. 3.696/3.697).

É o relatório, no que tem de relevante os autos.

## **FUNDAMENTO E DECIDO.**

### **I – DO JULGAMENTO ANTECIPADO E DA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL**

É de se destacar que, segundo a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, uma vez verificados os pressupostos estabelecidos no art. 355, I do CPC, o Magistrado passa a ter um verdadeiro dever – não uma mera faculdade – de julgar antecipadamente a lide. É que, tal regra, existe para assegurar a celeridade e eficiência à prestação jurisdicional, vale dizer, serve como meio de distribuição célere de justiça. Confira-se.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO. AUSÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. FEITO SUBSTANCIALMENTE INSTRUÍDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. TESES ALEGADAS SOMENTE NO AGRAVO INTERNO. INOVAÇÃO RECURSAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. 1. O entendimento desta Corte é pacífico no sentido de que não há omissão, contradição ou obscuridade no julgado quando se resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada e apenas se deixa**



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

de adotar a tese do embargante. Precedentes. 2. Consoante o entendimento mais recente deste órgão julgador, não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção de prova pericial, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente, como na hipótese dos autos. 3. É inviável a análise de teses alegadas apenas em agravo interno, mesmo em se tratando de matéria de ordem pública, por se caracterizar inovação recursal. Precedentes. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1252714/PB, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017)

A nossa legislação instrumental civil, em tema de julgamento antecipado da pretensão resistida, assim preceitua:

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.

Na espécie, compulsando-se os autos do presente processo, vê-se que elementos de convicção já existem para a outorga da prestação jurisdicional requerida, estando este Magistrado com seu convencimento formado, diante das provas documentais carreadas aos autos, bem como pela jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, consubstanciando-se em matéria de direito, o que será demonstrado quando da apreciação do mérito.

Além disso, embora tenha sido requerida a produção de oral pela parte ré, não há impedimento para que este Magistrado proceda ao julgamento da demanda, mormente por estar convencido de que os autos já foram instruídos com as provas suficientes para formação do livre convencimento, consoante prova documental carreada.

Ademais, as testemunhas arroladas pela parte ré são todas Senadores da República, os quais, por força do artigo 454 do CPC, podem ser ouvidos no local de sua residência ou onde exercerem sua função, o que retardaria ainda mais o andamento do processo, aliado ao fato de que, tais testemunhos não teriam o condão de afastar a existência da conduta atribuída ao réu, posto que devidamente comprovada nos autos.

Neste mister, importante mencionar que, à luz do Direito Processual Civil Moderno, o juiz não exerce uma função de mero árbitro diante do processo iniciado pelas partes em Juízo. Ao contrário, cabe ao magistrado atuar visando sempre a melhor prestação jurisdicional para as partes. Desta forma, segundo prevê o artigo 139, III do Código de



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

Processo Civil, da mesma forma que o magistrado poderá determinar a produção de provas, quando necessárias à instrução processual e consequente solução da lide, também deverá indeferi-las, desde que sejam desnecessárias ou protelatórias.

É por tais razões que passo ao julgamento antecipado da lide, em consonância com o princípio constitucional da razoável do processo.

## **II – DAS PRELIMINARES.**

### **a) Da Ilegitimidade Passiva:**

O réu sustentou a necessidade de que a União figurasse no pólo passivo da demanda, com o consequente deslocamento do processo para a Justiça Federal.

Contudo, não há como reconhecer a presente preliminar, haja vista que o próprio réu afirmou que a publicação ocorreu em sua rede social pessoal, não resguardando nenhuma relação com a instituição ao qual pertence, qual seja, o Ministério Público Federal.

### **b) Da Incompetência da Justiça do Estado de Alagoas:**

Sustentou, preliminarmente, que os fatos apresentaram maior repercussão em Brasília e São Paulo, razão pela qual, seria incompetente am Justiça Estadual do Estado de Alagoas para o processamento e julgamento do feito.

Entendo, contudo, que o local em que o fato, é dizer, as publicações, geraram maior repercussão foi justamente neste Estado de Alagoas, por ser o local onde se encontram os eleitores do autor. Portanto, preliminar rejeitada.

## **III – DO MÉRITO.**

Aduz o autor que sofreu danos à sua honra e imagem, especialmente perante o seu eleitorado, decorrente das publicações realizadas pelo réu em sua rede social.

A despeito da alegação do réu, é incontroverso o fato gerador da presente demanda, haja vista estar caracterizado o abuso ao direito constitucional de liberdade de expressão.

É que, conforme se pode verificar pelas provas documentais colacionadas aos autos, as publicações realizadas através das redes sociais desde o ano de 2018 apresentam caráter pessoal, atingindo o autor em sua honra objetiva, no que diz respeito à sua reputação perante terceiros, notadamente seus eleitores. Além disso, pretendia obstacularizar a eleição do autor à Presidência do Senado Federal. Tudo isso converge para a reparação do dano moral pleiteado.



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

Num primeiro momento deve-se ter em vista o que dispõe o artigo 953 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

Ora, a este respeito, importante lembrar que, segundo a tipificação do Código Penal, pratica calúnia aquele que imputa falsamente a outrem fato definido como crime. Na prática de difamação ocorre a imputação a alguém de fato ofensivo à sua reputação. Já a injúria ocorre quando se ofende à dignidade e o decoro de alguém. Em quaisquer dos casos, é certo que a violação aos direitos da honra do indivíduo implicam em danos de ordem moral à vítima, situação que é tutelada pelo Ordenamento Jurídico pátrio, resultando na obrigação de indenizar.

No entanto, frise-se que na esfera cível, o reconhecimento do dever de indenizar pelo dano moral suportado não requer a existência de condenação na órbita criminal. Aliás, pode inclusive acontecer de o fato ser ofensivo à honra sem que seja caracterizada a prática de qualquer conduta criminosa.

Tanto é assim que a Constituição Federal de 1988, ao assegurar o direito à reparação pelos danos morais ou materiais decorrente da violação de alguns direitos da personalidade, não impôs como requisito a existência de condenação criminal, se não vejamos *in verbis*:

Art. 5.º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

*Omissis*

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

*Omissis*

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Pois bem. A imagem é bem personalíssimo, através da qual a pessoa se projeta, se individualiza no meio social. É o sinal sensível da sua personalidade, possuindo como característica, a disponibilidade. Em outros termos, a imagem é a reprodução do que a pessoa construiu no convívio com outras pessoas, a forma como é vista pela sociedade, como se comporta no meio social, sendo assim de extrema importância a sua preservação.

No caso em deslinde, verifico constar nos autos prova documental nas quais o próprio réu afirma que as postagens foram realizadas em sua conta pessoal, não



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

comprometendo a imagem do Ministério Público como instituição, conforme PET 9068, oferecida pelo autor contra o réu perante o CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público, que resultou a imposição de punição contra o réu, e está atualmente em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Vale ressaltar, por oportuno, que o próprio Supremo Tribunal Federal, ao apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo da sanção administrativa no bojo de Processo Administrativo Disciplinar, formulado pelo réu, reconheceu o excesso do direito de liberdade de expressão, notadamente porque praticado por "uma autoridade que tem certas garantias e vedações constitucionais justamente para manter-se fora da arena política", bem como que o réu "emitiu opinião muito bem determinada, a respeito de uma eleição específica e contra um candidato claramente identificado. E fez isso numa rede social de amplo alcance, virtualmente acessível por qualquer pessoa."

Tendo em vista as provas carreadas aos autos está claro o forte abalo de ordem moral suportado pelo autor, já que as palavras ditas pelo réu foram ofensivas, imputando a prática de fatos criminosos em período eleitoral, gerando abalo a sua imagem perante seus eleitores, configurando-se o dano de caráter *in re ipsa*, é dizer, que independe da prova do prejuízo, já que praticado através de internet.

Assim, devidamente comprovado que as imputações realizadas pelo réu foram de tamanha proporção que causaram dano de ordem moral ao autor, cumpre, neste momento, estabelecer a mensuração do valor a ser arbitrado à título da indenização correspondente.

Quanto a este aspecto, é preciso estabelecer um parâmetro mais objetivo quanto possível. Deve-se ter em conta que a orientação capitaneada pela doutrina e jurisprudência majoritárias conduz o julgador à análise da extensão e gravidade do dano, das circunstâncias (objetivas e subjetivas) do caso, da situação pessoal e social do ofendido e da condição econômica do réu, a fim de encontrar relativa objetividade com relação à reparação compensatória, preponderando, como orientação principal, a ideia de sancionamento do ofensor, como forma de obstar a repetição da negligência apurada. Tudo isso sopesadas as circunstâncias concretas do caso, à luz da prudência e razoabilidade.

Segundo entendimento jurisprudencial colhido do Egrégio Superior Tribunal de Justiça a indenização por danos morais:

Deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento sem causa, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. Ademais,





Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3507, Maceió-AL - E-mail: vcivell@tjal.jus.br

deve ela contribuir para desestimular o ofensor a repetir o ato, inibindo sua conduta antijurídica. (STJ. REsp 265133/RJ. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Quarta Turma. 19/09/2000)

Por tais razões, arbitro o valor da indenização em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), utilizando-me dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, já que não há na legislação pátria critérios explícitos de quantificação aritmética da reparação compensatória do dano moral, considerando que as ofensas foram proferidas por meio de conta pessoal em rede social do réu, através da rede mundial de computadores.

### III – DA CONCLUSÃO.

Em face dos argumentos acima expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando o réu, DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, ao pagamento da quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a título de compensação do dano moral causado ao autor, valor este que deverá ser devidamente corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento, tendo como termo inicial a data do arbitramento, conforme entendimento da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de mora legais, na base de 1% ao mês, (art. 406 do Código Civil), a partir da ocorrência do evento danoso.

Condeno, ainda o réu em custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do § 2º, do art. 85, do CPC, a ser atualizado até o efetivo adimplemento.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Maceió, 06 de outubro de 2021.

**Ivan Vasconcelos Brito Junior**  
**Juiz de Direito**